



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CABECEIRAS
DE BASTO**

**AValiação
INTERNA**

2012/2015

Equipa de autoavaliação:

**Albino Barroso
Manuel Miranda
Paula Morais
Rita Magalhães**

**PLANO DE
AÇÃO**

Índice

A AUTOAVALIAÇÃO DE ESCOLAS À LUZ DOS NORMATIVOS	3
MODELO DE AUTOAVALIAÇÃO DA ESCOLA	4
Constituição da equipa.....	4
Âmbito de intervenção da equipa	4
Estrutura do modelo de autoavaliação	6
Calendarização.....	11
ATRIBUTOS DO AGRUPAMENTO (PONTOS FORTES E FRACOS) /CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA SUA ATIVIDADE	13

INTRODUÇÃO

A AUTOAVALIAÇÃO DE ESCOLAS À LUZ DOS NORMATIVOS

O sistema de avaliação das escolas, “enquanto instrumento central de definição de políticas educativas” (Lei N.º 31/2002, de 20 de Dezembro, p. 7952), apoia-se na observância de diversos pressupostos, com o objetivo de:

a) Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo (...), apoiar a formulação e o desenvolvimento das políticas de educação e formação e assegurar a disponibilidade de informação de gestão daquele sistema;

b) Dotar a administração educativa local, regional e nacional, e a sociedade em geral, de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo, integrando e contextualizando a interpretação dos resultados da avaliação;

c) Assegurar o sucesso educativo, promovendo uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade nas escolas;

d) Permitir incentivar as ações e os processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados das escolas, através de intervenções públicas de reconhecimento e apoio a estas;

e) Sensibilizar os vários membros da comunidade educativa para a participação ativa no processo educativo;

f) Garantir a credibilidade do desempenho dos estabelecimentos de educação e de ensino;

g) Valorizar o papel dos vários membros da comunidade educativa, em especial dos professores, dos alunos, dos pais e encarregados de educação, das autarquias locais e dos funcionários não docentes das escolas;

h) Promover uma cultura de melhoria continuada da organização, do funcionamento e dos resultados do sistema educativo e dos projetos educativos;

i) Participar nas instituições e nos processos internacionais de avaliação dos sistemas educativos, fornecendo informação e recolhendo experiências comparadas e termos internacionais de referência (Lei N.º 31/2002, de 20 de Dezembro, p. 7952).

A avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, de acordo com o estabelecido na Lei referida

anteriormente, estrutura-se com base na autoavaliação, a realizar por cada agrupamento de escolas/escola e na avaliação externa, compreendidas como complementares na promoção de níveis de desempenho escolar, progressivamente mais exigentes quanto à qualidade do ensino e da aprendizagem e à vivência e desenvolvimento pessoal e social no interior da escola e aos resultados educativos alcançados.

De acordo com o estabelecido na mesma Lei, “a autoavaliação tem carácter obrigatório” (Lei N.º 31/2002, de 20 de Dezembro, p. 7952) e todos os projetos de autoavaliação de escola deverão assentar nos seguintes campos de análise:

- ✓ Projeto Educativo;
- ✓ Clima e Ambiente Educativos;
- ✓ Organização e Gestão;
- ✓ Sucesso Escolar;
- ✓ Participação da comunidade educativa.

Face ao exposto, entendemos que a avaliação de escola deve contar com a colaboração de toda a comunidade educativa, através da construção de um quadro de referências que leve à identificação dos problemas e à melhoria dos resultados, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento do processo educativo e das pessoas nele envolvidas.

MODELO DE AUTOAVALIAÇÃO DA ESCOLA

Constituição da equipa

A equipa coordenadora da autoavaliação da escola é constituída por Albino Barroso, Manuel Miranda, Paula Morais e Rita Magalhães.

Os critérios de constituição da equipa foram definidos pela direção e incluíram representantes dos vários ciclos de ensino.

Âmbito de intervenção da equipa

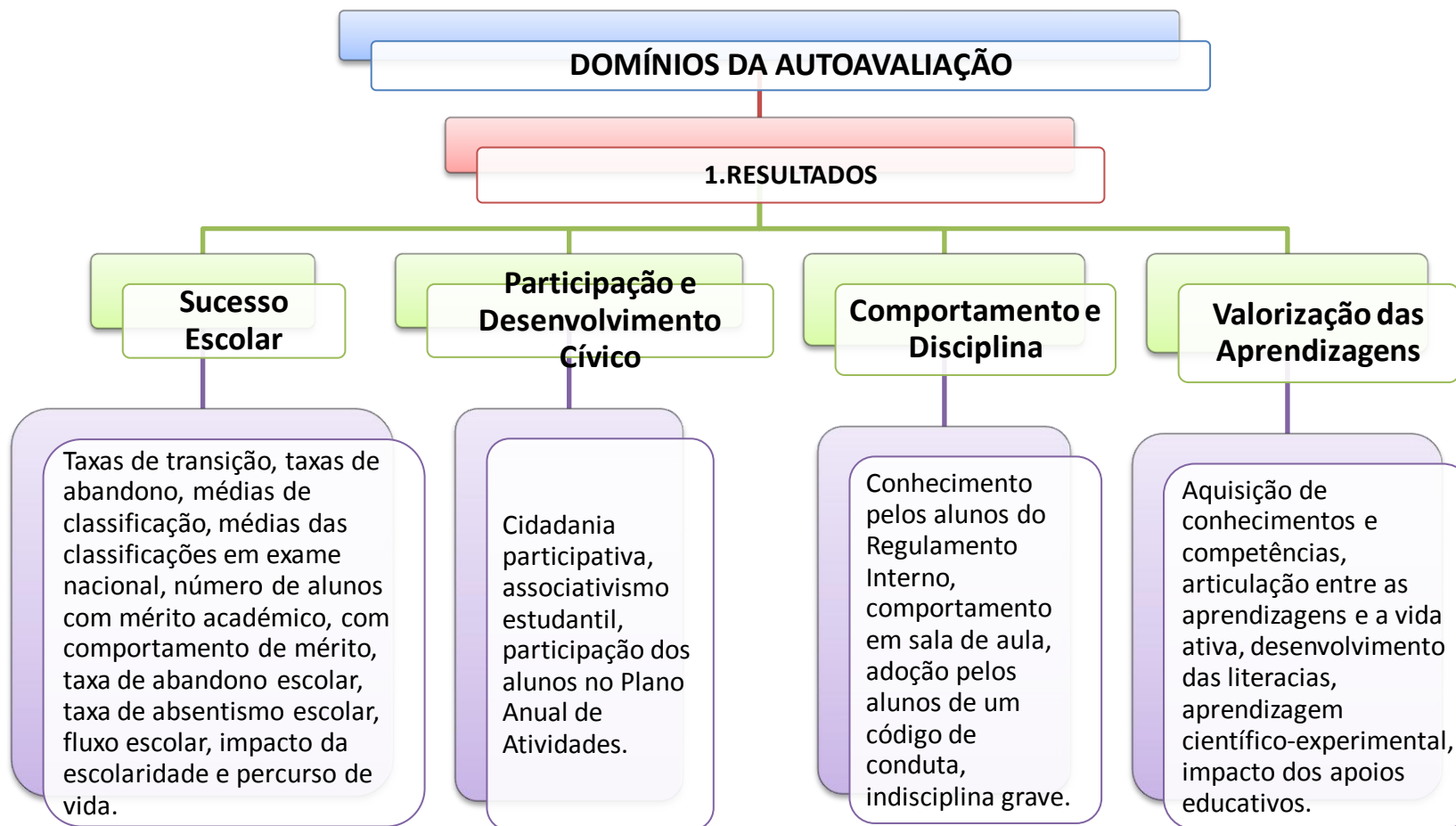
Com o objetivo de desenvolver ações que contribuam para reforçar os pontos fortes e superar os pontos fracos identificados no Relatório da Avaliação Externa do Agrupamento, a equipa de autoavaliação propõe-se a elaborar um modelo de autoavaliação, listar e criar instrumentos de recolha e tratamento de dados e proceder à sua análise, quer para a monitorização do desempenho do

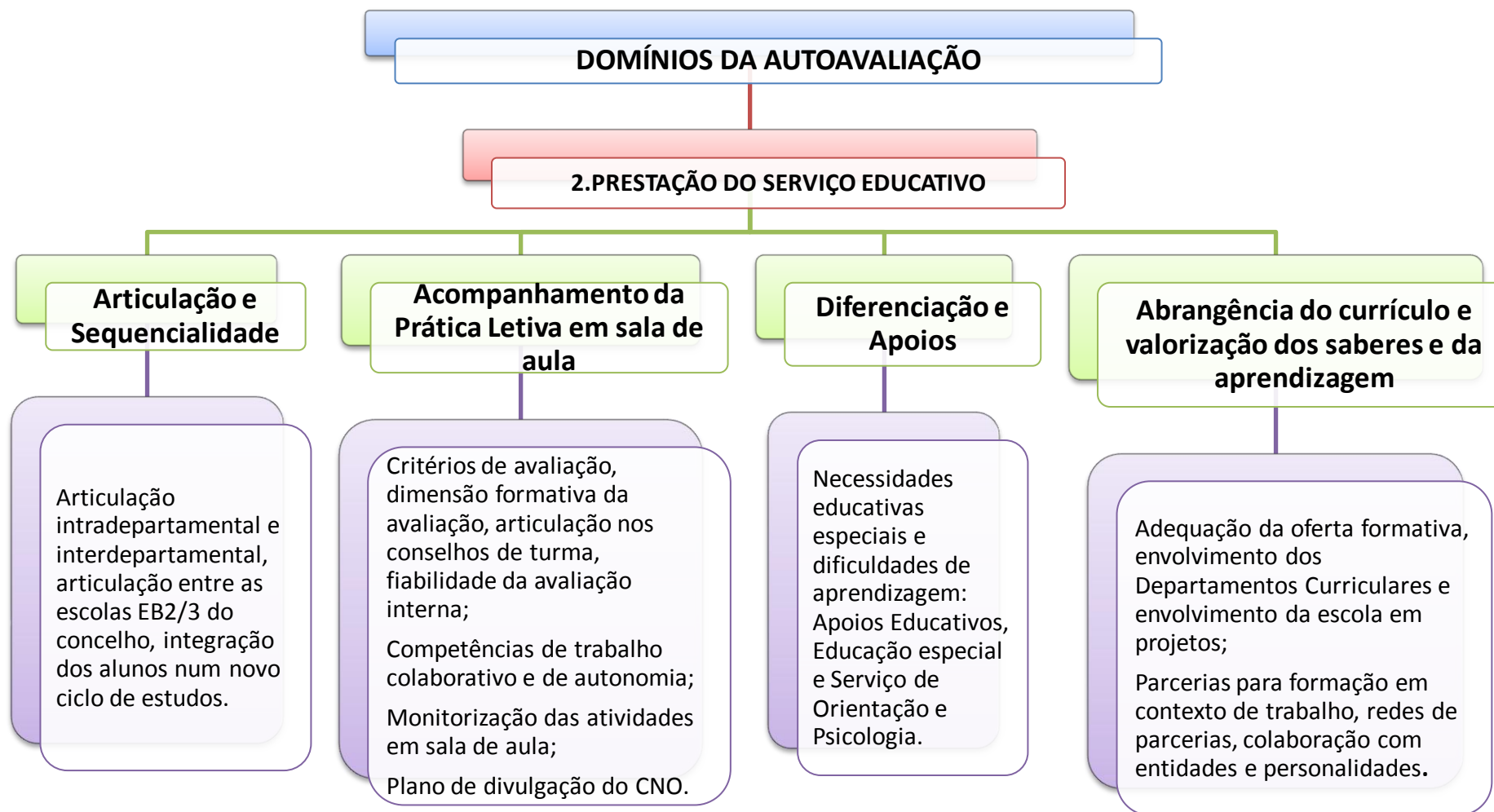
Agrupamento, quer para a elaboração de relatórios periódicos que devem dar origem à elaboração de planos de melhoria.

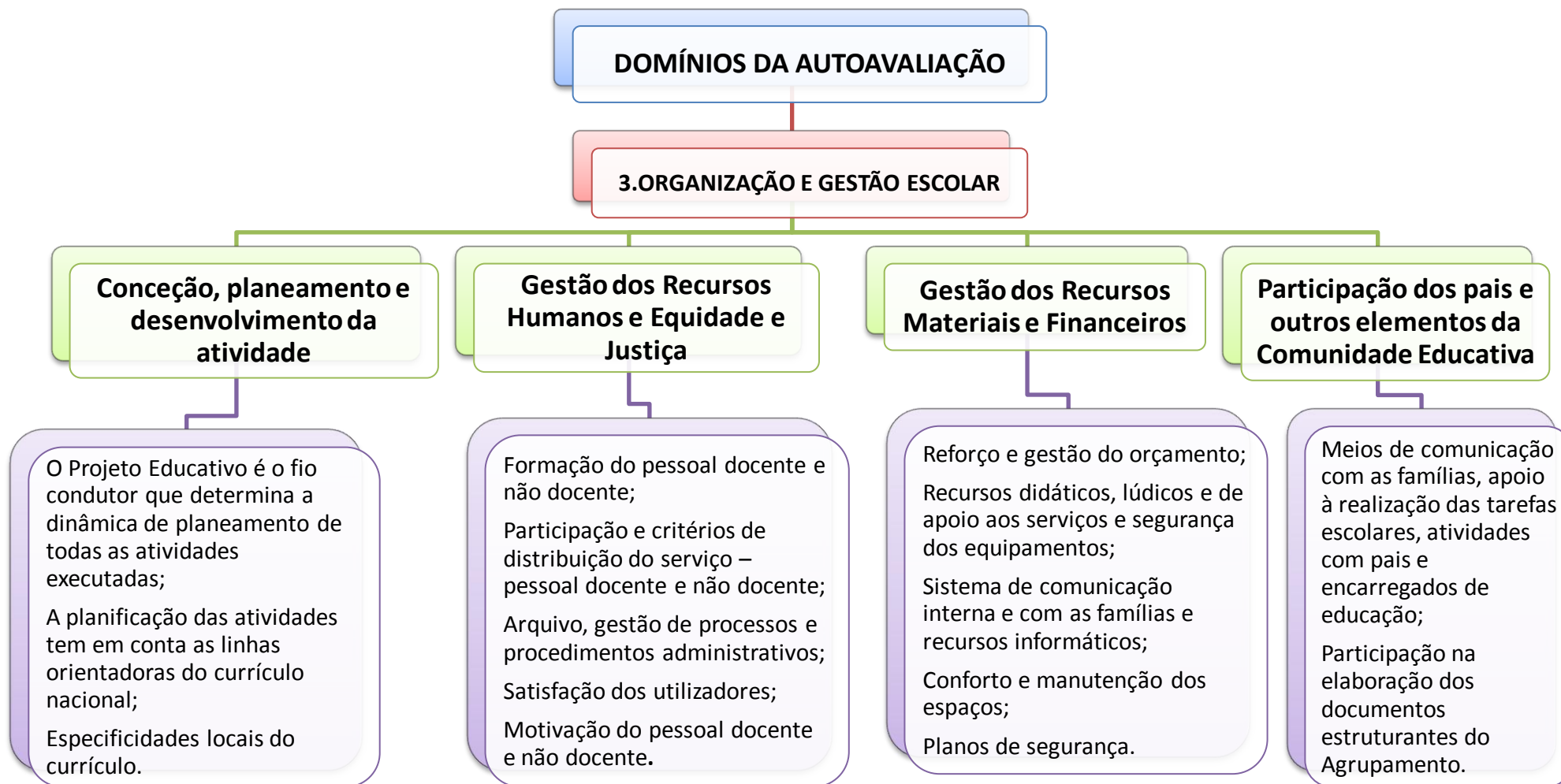
Tal como foi referido anteriormente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 31/2002 de 20 de Dezembro, a avaliação percorre uma série de objetivos, segundo parâmetros de carácter científico, pedagógico, organizativo, funcional, de gestão, financeiro e socioeconómico que se revelam no cumprimento da escolaridade obrigatória; nos resultados escolares; na inserção no mercado de trabalho, na organização e desenvolvimento curricular; na participação da comunidade educativa; na organização, métodos e técnicas do processo ensino e aprendizagem; na adoção e utilização de manuais escolares; nos níveis de formação e experiência pedagógica e científica dos docentes; na existência, estado e utilização das instalações e equipamentos; na eficiência de organização e de gestão; articulação com o sistema de formação profissional e profissionalizante; na colaboração com as autarquias locais, nas parcerias com entidades empresariais e na dimensão do estabelecimento de ensino e clima e ambiente educativos (Artigo 9.º, Lei n.º 31/2002, p. 7953).

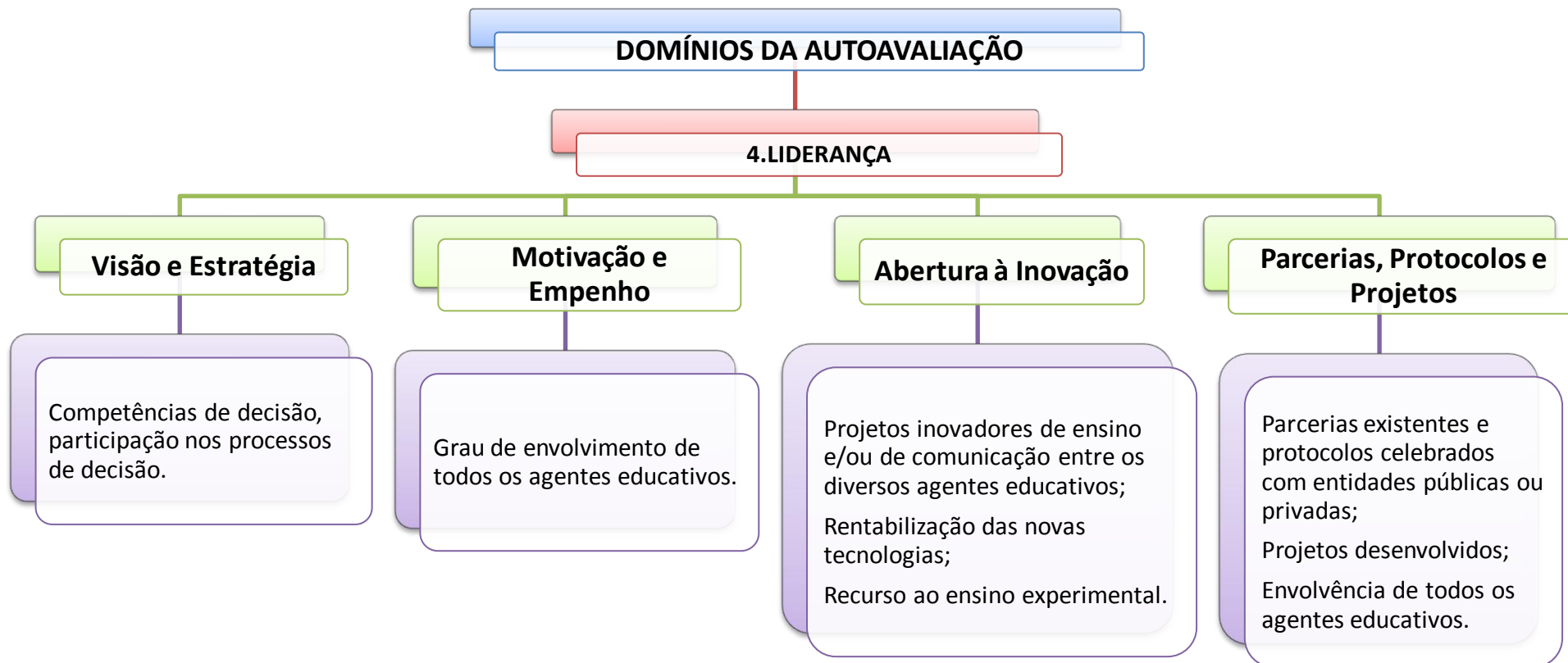
O modelo de autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto aqui apresentado será implementado ao longo do período de vigência do Projeto Educativo, 2012/2015, de forma a fazer-se um estudo o mais minucioso possível de todos os domínios de atividade da Escola. Todavia, o trabalho será faseado, pelo que, em 2012, debruçar-nos-emos sobre o domínio *Resultados*, tentando abranger e autoavaliar todos os fatores que contribuem para esse domínio.

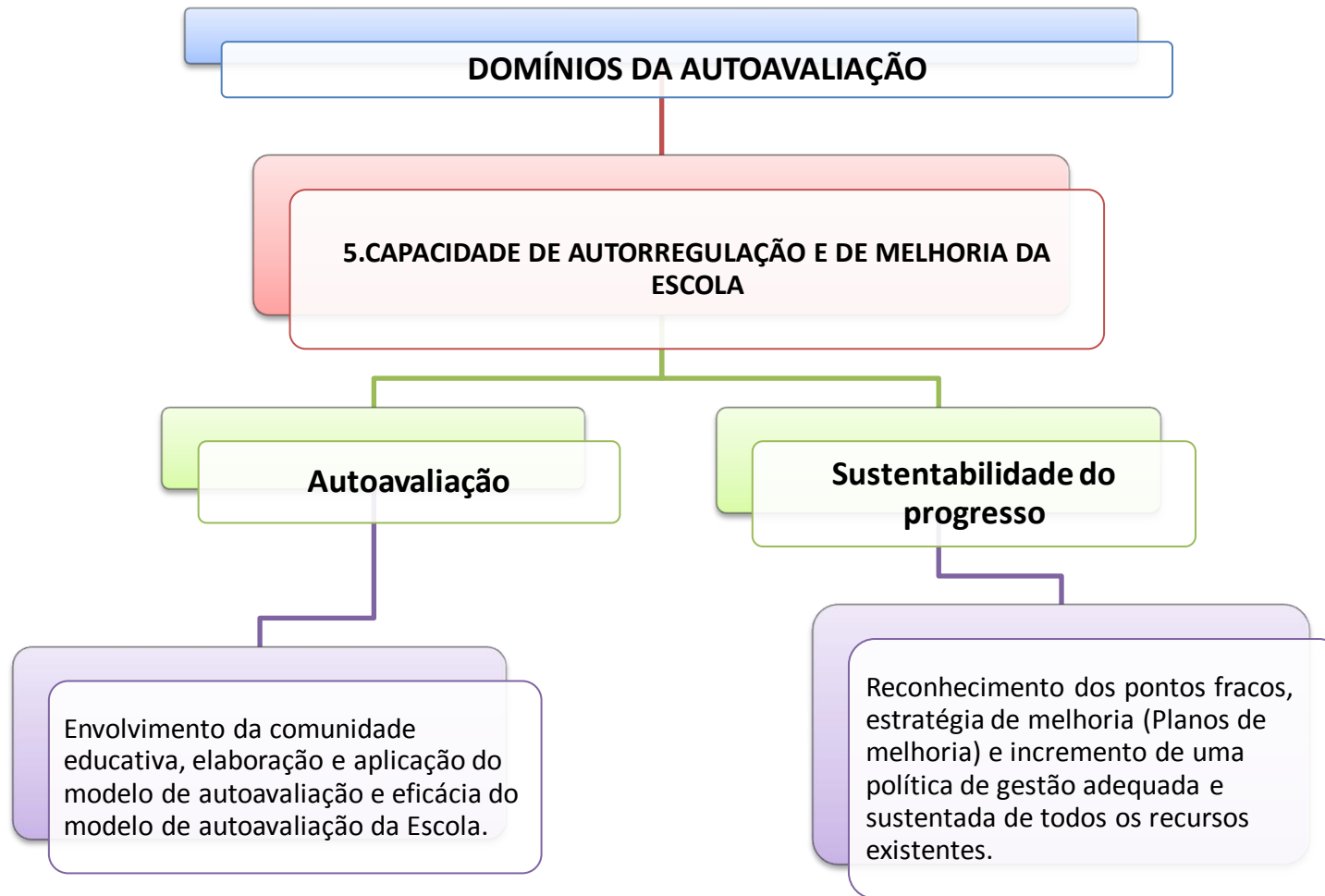
Estrutura do modelo de autoavaliação











Calendarização para 2012

A equipa coordenadora do processo de autoavaliação propõe-se apresentar a presente proposta de modelo de autoavaliação da Escola, submetê-la à análise e discussão, bem como definir e produzir os instrumentos de recolha de dados, submetendo esse processo a discussão.

No que respeita à aplicação deste modelo de autoavaliação, serão realizadas as atividades que forem exequíveis até finais de 2012, de acordo com as metas já referidas.

CALENDARIZAÇÃO

PERÍODO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	COLABORADORES
fevereiro	Início das atividades; Análise e aprovação da metodologia de trabalho e do âmbito e objetivos de intervenção da equipa coordenadora da autoavaliação do Agrupamento; Análise e aprovação da calendarização das atividades até final do ano letivo; Definição das linhas de orientação para a elaboração do modelo de autoavaliação da Escola. Organização e distribuição de tarefas.	A equipa	
fevereiro a março	Análise da documentação de apoio; Elaboração de uma proposta de modelo de autoavaliação do Agrupamento; Levantamento dos instrumentos de recolha de dados e de autoavaliação já implementados pelo Agrupamento.	A equipa	
março	Criação na página <i>Web</i> do Agrupamento de uma secção relativa ao processo de autoavaliação do mesmo; Divulgação do calendário de atividades da equipa e da documentação de apoio; Análise, discussão e reformulação da proposta de modelo de autoavaliação da Escola	A equipa	
	Entrega do modelo elaborado para análise e discussão pela Direção	Coordenador	Direção
abril	Apresentação e discussão do modelo de autoavaliação do Agrupamento em Conselho Pedagógico.		Diretora
	Envio, por correio eletrónico, ao pessoal docente do modelo de autoavaliação do Agrupamento; Disponibilização do mesmo na página <i>Web</i> do Agrupamento.		Direção
	Apresentação e discussão do modelo de autoavaliação do Agrupamento nos Departamentos.	A equipa	
	Apresentação e discussão do modelo de autoavaliação do Agrupamento ao Pessoal Não Docente e Associação de Pais e EE.	A equipa	Direção
	Análise do modelo de autoavaliação da Escola pelo Conselho Geral.		Diretora

Equipa de Avaliação Interna

maio	Ponto da situação das análises realizadas e introdução das reformulações necessárias; Distribuição de tarefas para a elaboração dos instrumentos de recolha de dados.	A equipa	
	Elaboração dos instrumentos de recolha de dados.	A equipa	
	Apresentação, aprovação e discussão dos instrumentos em Conselho Pedagógico.		Diretora
junho	Aplicação dos instrumentos de recolha de dados.	A equipa	
julho	Recolha e análise dos dados e elaboração do relatório.	A equipa	
setembro	Entrega do relatório de autoavaliação à Direção.	Coordenador	
	Apresentação do relatório de autoavaliação do Agrupamento em Conselho Pedagógico.		Diretora
	Divulgação do relatório de autoavaliação da Escola em papel e na página Web do Agrupamento.	A equipa	Direção
	Análise do relatório por todos os órgãos e setores do Agrupamento e elaboração de um plano de ações de melhoria. Reformulação do modelo de autoavaliação da escola e dos instrumentos de recolha e tratamento de dados.	A equipa	

ÁREAS DE MELHORIA A IMPLEMENTAR

ATRIBUTOS DO AGRUPAMENTO (PONTOS FORTES E FRACOS) /CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA SUA ATIVIDADE

Segundo o relatório da Avaliação Externa de 2009, os aspetos estratégicos que nos caracterizam e as áreas onde devem incidir os nossos esforços de melhoria são as mencionadas nas tabelas abaixo.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REFOJOS DE BASTO

Pontos Fortes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • A evolução das taxas de transição/conclusão nos 1.º e 2.º ciclos ao longo do último triénio é sempre superiores às nacionais; • A aposta do Agrupamento numa oferta formativa e educativa diversificada; • A qualidade dos apoios educativos e da orientação vocacional; • A motivação e o empenho do pessoal docente e não docente; • A participação ativa da Associação de Pais com impacto na melhoria das condições de funcionamento do Agrupamento; • A qualidade da Biblioteca/Centro de Recursos Educativos, quer pelo acervo bibliográfico quer pelas dinâmicas que promove; • A existência de lideranças partilhadas, ativas e responsáveis. 	<p>A construção, no âmbito do território de abrangência pedagógica do Agrupamento, dos centros escolares previstos na Carta Escolar de Cabeceiras de Basto e a requalificação da Escola Sede poderão contribuir para a melhoria das instalações destes níveis de educação e ensino e permitir melhores condições de ensino/aprendizagem.</p>
Ponto Fracos	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> • A persistência, no último triénio, de resultados inferiores aos nacionais, quer nas provas de aferição do 6.º ano, quer nos exames do 9.º ano; • A débil articulação e sequencialidade entre os diferentes ciclos do agrupamento, bem como a insuficiente articulação intra e interdepartamental; • A ausência, nos documentos estruturantes, de indicadores concretos que permitam avaliar a eficácia das diferentes medidas implementadas; 	<p>A inexistência de Internet, na generalidade dos jardins-de-infância, aprofunda o seu isolamento em relação às demais unidades educativas.</p>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ARCO DE BAÚLHE

Pontos Fortes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • A inexistência de abandono escolar no ensino básico regular, em 2008/2009; • A diversidade e abrangência temática do Plano Anual de Atividades, • O bom ambiente educativo; • A motivação, o empenho e o espírito de colaboração dos docentes e do pessoal não docente; 	<p>A existência de instituições públicas e privadas, mesmo as de pequena dimensão, disponíveis para colaborar ativamente com o Agrupamento poderão contribuir para a melhoria do serviço educativo prestado.</p>

-
- A adoção de políticas pró-ativas de estabelecimento de parcerias e protocolos com diversas entidades locais e regionais.

Ponto Fracos	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none">• O insuficiente desempenho dos alunos do 1.º ciclo na avaliação interna, os fracos resultados dos alunos nas provas de aferição e nos exames nacionais, bem como a baixa taxa de sucesso do curso de educação formação em 2008/2009;• O fraco envolvimento dos alunos na programação das atividades e a sua ausência nos conselhos de turma;• A feição, ainda, residual do ensino experimental das ciências e a realização de atividades experimentais;• A falta de acompanhamento, generalizado, das práticas letivas em sala de aula;• A reduzida participação dos atores educativos não docentes na elaboração dos documentos orientadores da ação educativa do Agrupamento;• O encerramento às quartas-feiras da cantina da Escola-Sede.	<ul style="list-style-type: none">• A insuficiência de espaços cobertos, a falta de equipamentos para a prática experimental das ciências nas escolas do 1.º ciclo e o débil financiamento do pré-escolar e do 1.º ciclo poderão condicionar a realização de algumas atividades escolares;• A distância considerável dos jardins-de-infância e das escolas do 1.º ciclo e a inexistência de um serviço específico de transportes escolares poderão condicionar o acesso aos equipamentos, recursos e às atividades educativas do Agrupamento e prejudicar a prossecução das suas prioridades educativas.
